

# Prefácio

Foi com todo o gosto que acedi prefaciá-la obra *A sociedade de informação em Portugal*, em que se apresenta um quadro exaustivo dos vários aspectos, vertentes e dimensões em que se decompõe a sociedade de informação, bem como do conjunto de problemas e questões de fundo que esta suscita. Neste conspecto, encontramos igualmente uma parte consagrada à introdução e desenvolvimento da sociedade de informação em Portugal, que nos permite compreender melhor o conjunto de transformações a que assistimos no nosso país e que, como cidadãos, nos envolve a todos directamente.

Falar da sociedade de informação é, sem dúvida, uma forma de abordar os grandes desafios que atravessam o nosso tempo, marcado pela emergência da economia do conhecimento, mas também pela reorganização social que a utilização maciça das novas tecnologias da informação e da comunicação produz e pela necessidade de os Estados levarem a cabo profundas reformas.

Embora não me considere um especialista em tecnologias de informação e comunicação, a necessidade de questionar que tipo de sociedade queremos construir no quadro de um espaço social baseado na informação e como podemos contribuir para a criação das competências necessárias à sua realização são temas políticos e de cidadania decisivos, por que me tenho interessado e que, a meu ver, ninguém deve evitar pois o nosso futuro depende da forma como nos situarmos perante eles.

Em abono da verdade, parece-me que existem ainda muitas incertezas sobre o grau e tipo de mudanças a que iremos assistir. Mas importa constatar que o ponto agregador dessa mudança será a Internet e que a sua importância não se reduz ao mero plano tecnológico.

A Internet, tal como o surgimento da fábrica há cerca de dois séculos, representa uma alteração da forma de organização social, cujos impactos vão muito para além da economia e do trabalho e incidem sobre esferas tão diversas como a família, a cultura ou a política.

Nas sociedades informacionais em rede e nas economias do conhecimento, as telecomunicações, a televisão, o multimédia e a Internet são elementos fundamentais para uma democracia consolidada, para uma economia de inovação, para um ensino e investigação científica de qualidade, para o desenvolvimento de formas culturais. Em suma, para uma

cidadania plena, para a prosperidade económica e para o bem-estar das populações.

Durante os últimos dez anos, assistimos um pouco por toda a parte a uma aposta generalizada na liberalização do sector das telecomunicações, no investimento numa nova economia assente na inovação constante e na convergência entre os sectores da comunicação social e das telecomunicações. Este processo ocorre à escala global, mas reveste naturalmente uma dimensão europeia e também nacional. Hoje estamos a avaliar o resultado dessas escolhas e a perceber não só o que foi entendido pelos agentes económicos, isto é empresas e Estado, como opção correcta, mas também o que falhou, o que não foi feito, ou o que foi menos bem feito e que necessita de ser corrigido em nome da saúde económica do sector e dos seus utilizadores finais, cidadãos e empresas.

Referindo-me agora a Portugal, este é, pois, o momento necessário de reflexão que, combinado com a capacidade de investimento e inovação, pode consolidar crescimentos económicos emergentes no sector das comunicações no país e nas áreas geográficas onde as nossas empresas actuam ou pretendem vir a actuar.

Permitam-me que enumere aqui algumas dessas interrogações que, aliás, a leitura dos textos reunidos neste volume ajuda justamente a elucidar.

A primeira interrogação refere-se às dimensões da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. Embora tenhamos presente que a extensão da nossa economia informal distorce as nossas estatísticas de produtividade, é também verdade que numa economia do conhecimento as regras para o aumento de produtividade também se modificaram. O que representa essa mudança para uma economia como a portuguesa?

Uma segunda interrogação passa pelo papel das tecnologias de informação e comunicação na reforma organizacional e modernização tecnológica do sector público. Isto é, como contribui a Internet para essa necessária mudança do sector público, de forma a torná-lo numa imagem do seu próprio tempo e das necessidades dessa sociedade? E qual o papel dessa tecnologia e das telecomunicações na transformação de sectores tão decisivos como são o da saúde e da educação? Qual é, então, o potencial das tecnologias de informação no curto, médio e longo prazo, para a mudança das relações entre Estado, cidadãos e empresas?

Uma outra matéria que deve também merecer a nossa atenção, pelo papel que tem vindo a desempenhar como factor de alavancagem em economias de elevado crescimento, como a Chinesa, Indiana, Brasileira e Chilena e também como fonte de inovação e criatividade em países con-

siderados líder como os Estados Unidos da América e Finlândia, é a questão das tecnologias *Open Source*. A este propósito, há que discutir as suas implicações na redefinição dos modelos de propriedade intelectual e da forma de se alcançar um desejável equilíbrio entre os modelos tradicionais de criação e produtividade e uma economia que vive muito da experimentação.

Nesta minha listagem de preocupações há ainda lugar para discutir qual o papel dos *media* nas nossas sociedades e como a relação com a Internet os mudou, ou não. Questões como a das funções dos jornais, rádio e televisão na construção da identidade são matérias fundamentais para um mundo que é global mas que vive também da afirmação da diferença cultural e de valores. Outra matéria que deve merecer a nossa atenção em termos de políticas públicas, e aposta de investimento empresarial, é a dimensão *Wireless* da Internet e as novas articulações que esse modelo de difusão pode trazer na relação com outros media e telecomunicações.

Terminaria este elenco de questões, centrando-me de novo na dimensão política. Concretamente, trata-se de levantar a questão de saber quais são as políticas de transição mais adequadas para uma sociedade em rede.

Há claramente opções a tomar e lições a retirar do que outros países e regiões fazem e fizeram. E pessoalmente creio que teríamos muito a ganhar em compreender a génese do modelo finlandês de sociedade informacional.

Neste caso, provou-se que houve ganhos consideráveis baseados em níveis elevados de coesão social, em forte identificação nacional em torno de um objectivo comum, na elevada confiança de cada cidadão nos seus concidadãos, a par de um Estado capaz de oferecer serviços de saúde, segurança social e educação de qualidade, combinando-os com inovação.

Foi ainda condição de sucesso deste modelo, a procura da flexibilidade, longamente negociada, nos modelos de trabalho e de gestão, em conjunto com uma articulação de objectivos entre sistema financeiro e Estado na oferta de capital de risco. E, bem assim, uma aposta do sistema educativo na formação de mais novos e mais velhos, conjugada com inovação, algo só possível através da liberdade criativa no sistema de investigação estatal e também ao nível das empresas e, obviamente, do rigor empresarial e do Estado na gestão dos objectivos comuns de desenvolvimento do país.

Em suma, estes são alguns dos reptos com que, no meu entender, Portugal se confronta. Estamos perante metas difíceis de atingir, mas

esse é o desafio de gerir recursos e ideias, algo que todos partilhamos no nosso dia a dia.

Por isso, os temas de que trata esta obra são de grande alcance e actualidade e correspondem a preocupações fundamentais do nosso tempo. Nela o leitor encontrará os contributos de um vasto conjunto de relevantes especialistas e estudiosos. A sua consulta permite satisfazer dúvidas e esclarecer as interrogações que nem um olhar mais apressado sobre as profundas transformações em curso impede que surjam. E é bom que assim seja pois o futuro exige de nós que sejamos cidadãos esclarecidos, em sintonia com os desafios que o presente nos coloca.

*Jorge Sampaio*

Lisboa, 5 de Junho de 2007